

Transformações no pensamento humano ocidental¹

Transformations in Western human thought

Transformaciones en el pensamiento humano occidental

Amarildo Inácio dos Santos - Universidade Federal da Bahia - UFBA | Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do PPGED-UFBA | Salvador | BA | Brasil. E-mail: amarildoinacio.ds@gmail.com | 

MOSÉ, Viviane. **A espécie que sabe**: do homo sapiens à crise da razão. Petrópolis: Vozes, 2019. 171 p.

Viviane Mosé é professora, psicóloga, psicanalista, mestra e doutora em filosofia e especialista em elaboração e implementação de políticas públicas. Sua obra, está estruturada da seguinte forma: introdução, na qual é apresentado um ensaio sobre o pensamento e explicado como o livro está estruturado. Na primeira parte, a autora discute o surgimento da consciência, com o homo sapiens. Na segunda parte discorre sobre mitologia grega. Na sequência, a autora fala sobre a razão moderna e o sujeito moderno. Na parte quatro, a autora discute o que chama de conceito ampliado de razão, a partir de Hume, Kant, Schiller e Nietzsche. Por fim, apresenta um anexo com um texto propositivo para pensar a educação a partir de Schopenhauer. Minhas explicações acerca de cada uma das partes seguem a ordem na qual elas estão dispostas na obra.

Na primeira parte, a autora escreve sobre o surgimento da consciência humana sugerindo que sua primeira manifestação foi sobre a morte. O homo sapiens é a espécie que sabe que vai morrer. Para ele, a morte não é uma questão de instinto, mas de pensamento. Essa consciência da morte fez surgir o pensamento e levou a humanidade a criar valores. O primeiro deles, a vida. O ser humano não apenas olha para o mundo, mas o interpreta, o configura, cria modos de ser e estar no mundo. Essa consciência do “eu” só é possível quando o ser humano se insere no todo.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O segundo valor atribuído foi ao corpo. Ao proteger os mortos e honrá-los com rituais funerários, a ordem natural das coisas, na qual os cadáveres seriam alimento para outros animais, foi suspensa. Essa interferência separou os humanos da natureza e fez nascer o indivíduo. Para dominar a natureza, criaram limitações para ela negando os instintos. Porém, se as proibições morais libertam das cadeias biológicas, também fazem surgir a vontade de transgressão. Negando os instintos, os humanos ganharam a liberdade de limitar a si mesmos, não se conformando com o que a natureza fez deles. Acreditaram que a cultura pudesse conter a natureza, mas os instintos e a violência animalesca não desapareceram e hoje se exercem pela palavra, pela coação moral, pela inteligência. A cultura se tornou sua nova natureza e, em vez de libertar, tiraniza, pois os instintos foram interiorizados e se voltaram contra os humanos, convertendo consciência em má consciência e gerando a culpa. Os humanos temem a si mesmos e buscam se controlar. Esse controle tem duas funções: defender da violência da natureza e limitar sua própria violência. O trabalho submeteu os humanos a uma disciplina em nome de uma satisfação futura e os tornou relativamente estáveis. Sem as proibições autoimpostas não teriam desenvolvido pensamento consciente. Porém, ao mesmo tempo que as proibições limitam, fazem perceber o ilimitado. Então o desejo de transgressão emerge e o duplo proibição/transgressão é fundamental para o equilíbrio, pois só na transgressão lembra-se da necessidade das proibições. A humanidade nasce das proibições criadas para salvaguardá-la de sua animalidade.

Viver em sociedade também contribuiu para o desenvolvimento dos sistemas de pensamento. Isso demandou acordos e uma forma de comunicação. Assim, a linguagem se tornou um elemento essencial ao permitir representar e se sobrepor ao mundo. Contudo, em vez de utilizar a linguagem para superarem a si mesmos, utilizaram-na para fixar sentidos e identidades. Com o tempo, a vida social fez os humanos internalizarem os sentidos da linguagem como consciência e acreditarem que essa consciência era a responsável pelas decisões e avaliações. Ser consciente é ser semelhante, integrar um rebanho. Os humanos recusaram as diferenças em nome das identidades gregárias. Com isso, viver em sociedade produziu má consciência, pois os instintos eram reprimidos e internalizados, já que não eram mais necessários à sobrevivência. Internalizados, instintos como ira e crueldade produzem culpa e geram autopunição e má consciência. Mas há outra origem para a má consciência. A inversão dos valores feita pelo judaico-cristianismo que ressignificou os conceitos de bem e mal tomando sofrimento e fraqueza como valores bons que elevam o ser humano. Desde então a consciência impede a ação que se tornou mera reação. A consciência é um aparelho com duas faculdades:

memória e esquecimento. A memória fixa os sentidos, o esquecimento abre espaço na consciência permitindo criar novos sentidos. Assim, a exterioridade pode invadir a interioridade e modificá-la.

Na segunda parte, a autora se dedica à mitologia grega. O desenvolvimento da linguagem permitiu ampliar o sistema cognitivo e os humanos passaram a criar mitos. Unidades mais complexas de sentidos. Os mitos não apenas relatavam coisas, mas buscavam fixá-las. O surgimento dos mitos foi possível, provavelmente, pelo surgimento de um psiquismo ainda rudimentar. À medida que a atuação humana se ampliava, os mundos místico e linguístico se tornavam cada vez mais organizados e definidos. O pensamento místico possibilitou ampliar o espaço mental produzindo as condições para que a filosofia florescesse. Com a Epopeia, os humanos adquiriram consciência de seu espírito, pois há dois cenários: um inferior, onde está a humanidade. Outro superior, onde estão os deuses. Os humanos acreditavam que o mundo sempre existiu. Também não concebiam que algumas forças dominassem outras, indicando que ainda não havia um sujeito autônomo, pois acreditavam que todas as decisões que tomavam eram influenciadas pelos deuses. O “eu” ainda não existia, mas a Epopeia fez nascer um conceito de homem, o herói, que se tornou o modelo. O herói enfrenta a morte pela glória. O valor dos valores se torna maior que o valor da vida. É preferível morrer com glória a viver sem ela. A referência para a construção do “eu” advém dos deuses, cujo mundo é múltiplo e contraditório. Por isso, o princípio vigente neste momento não é a identidade, mas a multiplicidade.

Na Tragédia o herói deixa de ser um modelo e passa a ser um problema colocado em questão. A Epopeia separou o humano da natureza assemelhando-o aos deuses, mas a Tragédia busca reconectá-lo à natureza, sua dimensão conflituosa. Por isso o sofrimento é considerado inerente à vida e não é negado, mas representado. O humano não é mais determinado pelas forças divinas, mas por sua vontade. Na Tragédia a vontade emerge como princípio de ação, pois o indivíduo se revolta contra as determinações impostas pelos deuses. A Epopeia privilegia a identidade (herói) e a Tragédia a tensão entre indivíduo e natureza. A Epopeia e a Tragédia eram representadas por Apolo e Dionísio. Apolo, deus da beleza e do equilíbrio, marcas do herói épico. Dionísio, deus da intensidade, da perda de si, o que acontece na Tragédia. Ambas são sistemas de subjetivação que privilegiam a exterioridade, a multiplicidade, mas de formas distintas.

A partir de Sócrates o pensamento se tornou antropológico e, em vez da tensão entre indivíduo e natureza, toma-se como princípio a identidade que exclui a parte conflituosa de si em

nome de uma unidade que adoce o humano, pois o separa de si mesmo. A razão recusa a exterioridade e funda a subjetividade na interioridade excluindo a tensão entre limite e transgressão, necessária para o equilíbrio. O olhar se volta para dentro perscrutando a alma e nasce o sujeito autorreferente que é a base da racionalidade ocidental. Com Sócrates, o pensamento deixa de ter a arte como fundamento e se erige sobre a moral que nega a dimensão dionisíaca em favor da apolínea. Com isso Sócrates acreditava curar os males da existência, como o sofrimento, mas esta é uma parte inerente à vida. Por isso, os gregos viam a vida como uma luta sem fim de forças que, ora se equilibravam, ora buscavam se desequilibrar. O que chamavam de *agon*, que significa competição. Ainda hoje a competição é utilizada para canalizar excessos.

Na parte três, a autora escreve sobre as transformações no pensamento a partir do Século V a. C. com Sócrates, Platão e Aristóteles. É com estes pensadores que nasce a razão ocidental. O modo de pensar dos gregos se tornou o padrão no Ocidente e, em alguns aspectos, vige até hoje. A filosofia, que floresce a partir do pensamento destes autores, se fundamenta no logos que se opõe ao mito. O mito se sustentava na estética e narrava, mas o logos se sustenta na razão e argumenta, fazendo emergir a vontade de verdade. Com o nascimento da filosofia o ser humano passa a ordenar os sentidos. “A busca pela verdade é a base daquilo que chamamos de razão ocidental” (MOSÉ, 2019, p. 89) que se materializa na metafísica que nega a vida como *agon* para afirmar uma lógica da identidade, da verdade.

O pensamento pré-socrático é um movimento inicial em direção à argumentação, mas guarda vínculos com o pensamento estético grego. Inicialmente, estes pensadores se dedicaram a buscar um fundamento de tudo e abandonaram a crença de que o mundo se originava das relações entre os deuses. A dimensão sobrenatural é excluída e buscam o princípio de tudo na natureza. Para Tales, por exemplo, tudo era água, isto é, tudo era um. Anaximandro afirmava que o princípio de tudo era o indefinido, pois só isso poderia assegurar a continuidade do devir. Aos poucos vai se estabilizando a ideia de devir como princípio, mas o devir é visto como um mal. Heráclito opera uma inversão e defende o devir como algo positivo. Então o *agon* é convertido em princípio cósmico O combate de forças como princípio de tudo. Porém, Parmênides discorda e acredita que só há uma via segura para se chegar à verdade, a imobilidade e eternidade do Ser. Só a razão poderia levar à verdade. O Ser é que é positivo, não o devir. Essa é a compreensão que se estabelece e está na base da razão ocidental e do sistema de valores morais.

O surgimento das cidades e da democracia grega também alteraram o pensamento ocidental, pois levaram à superação dos paradigmas épico, trágico e pré-socrático. A palavra

adquire muito valor e deixa de ser vista como mágica para ser vista como instrumento para o debate. Surgem os sofistas, intelectuais que sabiam fazer bom uso da palavra. O que passa a estar em causa é o próprio pensamento. Pode-se dizer então que o marco do nascimento da filosofia é este momento em que o pensamento, consciente de si mesmo, se pensa. O que movia Sócrates era o agon, a competição, por isso ele inventou a dialética, uma disputa argumentativa que visa chegar a um consenso assumido como verdade universal, pois congrega as diferenças de perspectiva. Posteriormente, Platão definirá a dialética como uma forma de se chegar ao bem, entendido como consenso universal. De modo que o dissenso, só pode ser o mal. Com Sócrates os filósofos deslocaram as análises da natureza para o homem, por isso esse pensamento é chamado de antropológico. Sócrates, junto ao seu discípulo Platão, buscou os universais por causa das cidades que surgiam e demandavam ordem, leis.

Com Platão, a perspectiva de Sócrates se maximiza e se estabelece. O pensador retoma a perspectiva de Parmênides que relacionava o Ser ao pensar. Na ótica de Parmênides, o que pode ser pensado é. O que não pode, não é. Com isso temos o Ser e o não-ser. Todavia, Górgias, um sofista, empareidou este argumento dizendo que o não ser, o nada é, já que não pode ser pensado. Platão então inventou os conceitos de Ser e falso ser. O que não pode ser pensado é um falso ser. Na base deste pensamento está a noção de que há um mundo das ideias, só acessível pelo pensamento. Neste mundo estariam as essências, os fundamentos e princípios de tudo o que se manifesta neste mundo. Assim ele separa o mundo em dois; inteligível, acessível pelo pensamento, e sensível, acessível pelos sentidos. O que é inteligível é valorado como bom, pois oriundo do mundo das ideias, portanto, verdade fundacional. O que é sensível é mal, pois é uma cópia imperfeita do mundo ideal. Daí que só pela razão se chega à verdade. Aristóteles faz da lógica sua ferramenta, mas, como Platão, crê em essências e visa produzir um discurso universal. A lógica aristotélica defende a existência de sentidos imutáveis, como a identidade, as essências. Por isso se fala em primado da identidade. Com isso se afastam as contradições atrelando a verdade a uma causa acreditando produzir sentidos verdadeiros.

O surgimento da razão na Grécia cria as bases para um tipo de humano que emerge na Modernidade. O humano que pensa, logo existe. Não se trata mais apenas de pensar o Ser, mas de identificar o pensamento com ele. Essa concepção se fixa com Descartes que defende que só existe pensamento porque alguém pensa. Logo, o sujeito garante a verdade da razão. Descartes descola o pensamento daquele que pensa, pois entende que o pensamento é produzido por quem pensa, como um objeto separável dele. A razão clássica instaura uma relação de exclusão. Para

que o sujeito detenha a razão e para que esta seja garantia de verdade é preciso excluir a loucura, os sentidos múltiplos e o erro de seus domínios. Essa cisão entre razão e loucura é operada na linguagem. Ao exorcizar a loucura, o erro, os sentidos múltiplos e a razão, adquire estatuto de verdade enquanto afasta o humano de uma parte de si mesmo. O humano se torna autocentrado, afastado dos afetos e aprisionado na linguagem e na moral. Ao pautar o humano na identidade, a razão clássica o isola de si mesmo fazendo-o crer que é ele o princípio de suas próprias ações, excluindo toda exterioridade possível. A razão clássica é uma contra natureza que nega os instintos.

Na parte quatro, a autora escreve sobre o conceito ampliado de razão e mostra como a razão moderna vai se transformando com alguns autores. Segundo Mosé (2019), Hume inverte a visão platônica e defende que não são as ideias o fundamento de tudo, mas a experiência. As ideias seriam como lembranças de experiências possibilitadas pelos sentidos. Há primazia dos sentidos em relação à razão. Não se justifica buscar a universalidade dos conceitos, pois, se há coisas fixas é só porque se tornaram hábito. Hume liberta o pensamento da razão universal que já estaria inscrita nas coisas e poderia ser trazida à luz pela filosofia e pela ciência.

Kant elabora uma crítica à metafísica. Considera que a razão e os sentidos são importantes para o conhecimento. Este nasce dos sentidos, mas só é possível porque há em nós o intelecto. Há uma submissão do objeto ao sujeito que o pensa. O que o intelecto não pode captar, não pode ser objeto de conhecimento. Não se pode saber o que as coisas são, apenas o que são para os humanos. Apenas o tempo e o espaço dispensam conceitos para serem apreendidos. Todo o resto é representação, produto da relação entre sujeito que conhece e objeto conhecido. De um lado, o reino da natureza determina a vida. De outro, a moral permite lutar contra a natureza. É necessário mediar e a dimensão estética, segundo Kant, conseguiria integrar natureza e moral. A dimensão estética liga a natureza ao que o ser humano busca conhecer. Kant rompe com a unidade da razão e mostra que ela é complexa e plural, pois o ser humano se relaciona com o mundo em três dimensões: conhecer, querer e sentir.

Schiller direciona sua crítica ao rigor moral que identifica em Kant. Entende que o ser humano não deve negar sua natureza sensível por meio da moral, mas afirmá-la. A moral é repensada e colocada à serviço da afirmação, não da negação da vida. Por isso Schiller defende a educação dos sentimentos, o que chamou de educação estética. Esta educação poderia conciliar o sensível e a moral, pois o ser humano só é pleno quando dá vazão aos impulsos que equilibram razão e sensível, dimensões que a racionalidade socrática separou.

Para Nietzsche, Kant errou por não colocar o problema em termos de valor. O devir é o princípio, mas os humanos negam isso e criam verdades para produzir estabilidade. Com Sócrates, o devir foi relacionado à ideia de mal. Então os humanos fixam sentidos para exorcizá-lo. Se os valores morais judaico-cristãos negam a vida, então deve-se criar outros valores. É isso o que ele chama de transvaloração. Esta moral de negação se estabeleceu e produz efeitos em diversos campos, como na educação. O valor atribuído à verdade na educação, por exemplo, a converte em ferramenta para produzir erudição e acúmulo de conhecimentos sancionados como verdades. Daí que os sistemas de ensino atuais vivem de memória, excluindo a dimensão do esquecimento, necessária para que o devir possa proliferar e introduzir a mudança. Esse modelo de educação, que Nietzsche identifica nas universidades, se sustenta na passividade dos estudantes e no poder do professor. Mas o pensamento quer dançar, afirmar a vida, não construir uma vida paralela com signos e imagens. Nesta ótica de educação o professor deve criar as condições para que os estudantes se tornem seus próprios educadores.

Como sabemos, escola básica e universidade ainda estão distantes disso. Se nos discursos pedagógicos o poder absoluto do professor foi superado, nos cotidianos ainda se faz valer determinando a ordem dos discursos e o que pode e não pode ser dito ou pensado como verdade. Ao mapear e descrever os sistemas de pensamento ocidental, a obra se mostra pertinente para a educação por desvelar o caráter metamórfico dos sistemas de pensamento, dos arranjos sociais e das verdades que fabricamos para conjurar o caos. No campo das pesquisas curriculares isso ajuda a compreender que o empreendimento curricular de produzir em série sujeitos idealizados, como numa fábrica, é herança da racionalidade moderna, que se erigiu sobre a dialética platônica instauradora do primado da identidade. Isso permite pensar que, ainda hoje, buscamos conter as multiplicidades que somos em identidades fixas. Como se tentássemos confiná-las em caixas para que se tornassem previsíveis e, conseqüentemente, controláveis. A partir disso podemos pensar e problematizar efeitos dessa produção subjetiva para as diferenças presentes no cotidiano escolar e que não refletem as identidades produzidas e naturalizadas.

Referências

MOSÉ, Viviane. **A espécie que sabe**: do homo sapiens à crise da razão. Petrópolis: Vozes, 2019.